

ARTICULAÇÃO NACIONAL DAS MULHERES INDÍGENAS GUERREIRAS DA ANCESTRALIDADE (ANMIGA) COMO FORMA DE RESISTÊNCIA E RE-EXISTÊNCIA

Joselaine Raquel da Silva Pereira

Estudante do Programa de Pós graduação Interdisciplinar em Estudos Latino-americanos da UNILA e bacharel em Antropologia - Diversidade cultural latino-americana pela mesma universidade. Escritora e leitora de livros, artigos e poesias. Migrante, viajante e itinerante.



Resumo

A Articulação Nacional das Mulheres Indígenas Guerreiras da Ancestralidade (ANMIGA) reúne mulheres indígenas de todo o território nacional brasileiro em torno de cosmovisões e cosmopráticas semelhantes, que permeiam os objetivos em comum de ressignificar as relações entre os seres humanos e a natureza e curar a Mãe Terra, nutrindo uma rede de resistência articulada física e virtualmente que já existia desde muitos séculos atrás através do compartilhamento de saberes ancestrais e suas memórias bioculturais (BARRERA; TOLEDO, 2015). Proponho uma aproximação entre a epistemologia feminista negra (HILL COLLINS, 2016) com a epistemologia utilizada pela ANMIGA, alcançando assim uma maior articulação entre os movimentos de mulheres indígenas e os movimentos de mulheres negras em Abya Yala, a partir de uma análise proveniente da “Antropologia do Ultraje” (ROCHA, 2014) que coloca suas posições subalternizadas como potências revolucionárias na sociedade.

Palavras-chave: Mulheres indígenas; Mãe Terra; Memória biocultural; Epistemologia feminista negra e indígena; Antropologia do Ultraje.

Articulación Nacional de las Mujeres Indígenas Guerreras de la Ancestralidad (ANMIGA) como forma de resistencia y re-existencia

Joselaine Raquel da Silva Pereira

Resumen

La Articulación Nacional de las Mujeres Indígenas Guerreras de la Ancestralidad (ANMIGA) reúne mujeres indígenas de todo el territorio nacional brasileiro en torno de cosmovisiones y cosmoprácticas semejantes, que permean los objetivos en común de resignificar las relaciones entre los seres humanos y la naturaleza y sanar a la Madre Tierra, nutriendo una red de resistencia articulada física y virtualmente que ya existía desde hace muchos siglos a través del compartir de saberes ancestrales y sus memórias bioculturales (BARRERA; TOLEDO, 2015). Propongo un acercamiento entre la epistemología feminista negra (HILL COLLINS, 2016) con la epistemología utilizada por la ANMIGA, alcanzando así una mayor articulación entre los movimientos de mujeres indígenas y los movimientos de mujeres negras en Abya Yala, a partir de un análisis proveniente de la “Antropología de la Indignación” (ROCHA, 2014) que coloca sus posiciones subalternizadas como potencias revolucionárias en la sociedad.

Palabras-clave: Mujeres indígenas; Madre Tierra; Memória biocultural; Epistemología feminista negra y indígena; Antropología de la Indignación.

Introdução

Os povos originários têm sofrido diversas violências desde a colonização de Abya Yala¹, devido às suas cosmovisões, línguas, espiritualidades, ainda hoje passam por situações de racismo, inferiorização, invisibilização de suas lutas e resistências, e ainda assim buscam construir formas de resistência a esse sistema de opressões de maneira horizontal e coletiva.

As mulheres indígenas sofrem pela questão racial e cultural em conjunto com a questão de gênero, o que às vezes se entrelaça com opressões de classe, de sexualidade, de regionalidade, de ruralidade, entre outras. Algumas dessas violências que afetam exclusivamente às mulheres são os abusos sexuais,

violência doméstica, feminicídio, violência médica e obstétrica, consequências à saúde reprodutiva decorrente de uso de agrotóxicos e transgênicos – como abortos espontâneos, má formação fetal, contaminação do leite materno, desregulação hormonal, etc. Os índices dessas violências são ainda maiores entre mulheres negras e indígenas que entre as mulheres brancas, o que configura um racismo ambiental.

Atuação da ANMIGA

As indígenas presentes em todo o território brasileiro se organizaram para a conformação da ANMIGA no início do ano de 2021, mas muito antes disso estavam articuladas através de redes de encontros físicos e virtuais, compartilhando a complexidade de suas memórias bioculturais² (BARRERA; TOLEDO. 2015) desde muitos milênios atrás.

Como forma de resistência às violências já mencionadas é que surge a ANMIGA, e por conta da enorme diversidade cultural e linguística que possuem os povos originários ao longo do nosso território, as mulheres decidiram dividir-se em comarcas representativas de cada bioma, de maneira a reconhecer as pluralidades de identidades englobadas pelo termo “indígena”.

As comarcas são formas de organização utilizadas para participação em eventos a nível nacional, assim como o “Março das originárias da terra” – evento que aconteceu online por conta da pandemia de COVID-19 – no qual as mulheres se dividiram em 3 comarcas principais: mulheres árvores (Amazônia), mulheres semente (Mata Atlântica, Caatinga e Pampas) e mulheres Terra (Cerrado e Pantanal).

¹ Nome dado ao nosso continente pelo povo originário Kuna, que significa literalmente “terra madura” ou “terra de sangue”;
² Conjunto de saberes de um povo sobre a diversidade biológica relacionada com a diversidade cultural transmitida oralmente através das gerações.



Fonte: ANMIGA, 2021

É importante destacar a crescente visibilidade das mulheres e dos povos indígenas no geral nas redes sociais, o que rompe os padrões de que os sujeitos indígenas não podem ou não devem utilizar a tecnologia ao seu favor. Em época de pandemia o ambiente virtual tem sido fundamental para manter a união e a comunicação entre os diversos movimentos indígenas e inclusive para a realização do Acampamento Terra Livre (ATL), evento que acontecia anualmente na cidade de Brasília (DF) reunindo indígenas de todo o país, e que nos anos de 2020 e 2021 ocorreu de forma virtual através das redes sociais da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB), a internet tem sido assim uma ferramenta de re-existência para “demarcar as telas e ocupar as redes”, frase emblemática que foi muito repetida durante os ATLs.

O ATL voltou a acontecer presencialmente em 2022 e contou com mais de 7 mil participantes, além de uma programação muito ampla, que em seu 18º aniversário dialogou sobre temas como saúde, economias alternativas, educação indígena e cotas, povos isolados e de recente contato, demarcação

territorial, indígenas na política, indígenas LGBTQIA+ e alianças entre movimentos sociais, e contou com o apoio de diversos movimentos e instituições como a ONU e o parlamento europeu. Outra questão importante é o fato dessas mulheres se denominarem “guerreiras da ancestralidade” e do evento mencionado anteriormente fazer referência às “originárias da terra” trazendo consigo uma comparação das mulheres com a terra e o território, pois como afirma Yakuy Tupinambá³(2021), o planeta Terra é o útero maior que nos deu vida. Mulheres nativas de outros países do nosso continente também possuem essa visão, como por exemplo as mulheres pertencentes ao Feminismo Comunitário na Guatemala, que cunharam o termo “corpo-território”, ao referir-se a uma impossibilidade de separar o corpo da mulher (e dos povos originários no geral) de seus territórios, já que ambos se influenciam diretamente.

Na página oficial da ANMIGA também podemos encontrar referências a essa concepção, como por exemplo, na aba de descrição das participantes do movimento, denominada “Quem somos?”, onde encontramos o seguinte fragmento: “Sabemos que a raiz do Brasil vem de nós, do útero da Terra e de nossas ancestrais. A Mãe do Brasil é Indígena”, e na autodenominação como um coletivo de “Mulheres terra, mulheres água, mulheres biomas, mulheres espiritualidade, mulheres árvores, mulheres raiz, mulheres sementes e não mulheres somente, guerreiras da ancestralidade”.

Além disso, foi disponibilizada no site uma linha do tempo com as principais datas que marcaram a organização e a luta histórica das mulheres indígenas no Brasil:

³ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=cPmUk3WKD54&ab_channel=TVTamuya> Acesso em 12 de abr. de 2021.

Tabela 1: Linha do tempo da organização de mulheres indígenas no Brasil

1884	<p>Criação da primeira organização indígena de mulheres registrado publicamente. Associação de Mulheres Indígenas do Alto Rio Negro.</p>
1986	<p>1ª Conferência Nacional da Saúde e dos Direitos das Mulheres (1a CNSDMu) com participação de mulheres indígenas.</p>
1990	<ul style="list-style-type: none">- Baía da Traição/PB elege a primeira mulher indígena Iracy Cassiano como prefeita do município.- Azelene Kaingang, primeira mulher indígena da região Sul a participar nos espaços das Nações Unidas.

Tabela 1: Linha do tempo da organização de mulheres indígenas no Brasil

1994	<p>Articulação dos Povos Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo (APOINME): Maninha Xukuru Kariri foi a primeira a coordenar a organização, sendo uma das principais impulsoras para criação da articulação.</p>
1995	<p>Criação do Conselho Nacional de Mulheres Indígenas (CONAMI).</p>
2004	<p>– 1ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres <i>“A Conferência foi palco de importantes articulações. A primeira a ser considerada refere-se à Aliança de Parentesco Afro-Indígena. Foi um momento de grande emoção na Plenária final a leitura do pacto entre estas ‘irmãs’ que se uniram em torno de propostas de diretrizes comuns às indígenas e às negras. Durante a votação das propostas finais, essas guerreiras sentaram-se lado a lado. Juntas aprovaram questões para que fossem consideradas as diferenças culturais dos povos indígenas e reparados os crimes relacionados à escravidão da população”.</i></p>
2006	<p>Lei 11.340/2006 – Maria da Penha – considerada importante conquista no combate à violência doméstica e familiar contra as mulheres.</p>

Fonte: ANMIGA, 2021.

Apesar dessa linha do tempo recente, as participantes desse movimento deixam claro que suas ancestrais sempre estiveram organizadas e que honram e respeitam as lutas passadas:

Nós somos porque nossas ancestrais foram. As mulheres indígenas sempre estiveram presentes nos movimentos: seja em movimentos mais locais no chão do território ou a nível nacional. Mulheres nas comunidades: parteiras, remedeiras, pajés, lideranças e cacicas. (ANMIGA, 2021)

Epistemologias interseccionais

Patrícia Hill Collins (2016) propõe uma Epistemologia feminista negra através de 4 princípios: **a experiência vivida como critério de significação, o uso do diálogo, a ética da responsabilidade pessoal e a ética do cuidado** à qual Camila Daniel (2019) acrescenta um 5º princípio, o de **autocuidado**. Apesar de ter sido pensada por e para mulheres negras, essa epistemologia pode servir também para descrever as experiências e vivências de mulheres indígenas, especialmente ao reconhecer a importância do autocuidado e do cuidado comunitário, prática ancestral comum entre as mulheres indígenas assim como entre as mulheres negras.

Podemos observar claramente que as mulheres da ANMIGA se baseiam em suas próprias vivências e sentipensares (FALS-BORDA, 1986) para construir significados individuais e coletivos para essas experiências, ao mesmo tempo em que propõem um diálogo com os outros setores da sociedade brasileira pedindo pelo reconhecimento de seus direitos constitucionais, especialmente o respeito às suas identidades e a demarcação de seus territórios.

A ética da responsabilidade e do cuidado se fusionam à maneira que essas mulheres, em suas cosmopráticas cotidianas se responsabilizam por ações e pelo diálogo intercultural e interepistemológico que têm como fim curar a Mãe Terra, assim elas também estabelecem relações de cuidado comunitariamente entre si mesmas e com a terra, o que desde suas cosmovisões também se traduz em um autocuidado, já que para elas as mulheres e a terra são uma só.

Nós, Mulheres Indígenas, também somos a Terra, pois a Terra se faz em nós. Pela força do canto, nos conectamos por todos os cantos, onde se fazem presente os encantos, que são nossas ancestrais. A Terra é irmã, é filha, é tia, é mãe, é avó, é útero, é alimento, é a cura do mundo. (ANMIGA, 2021)

Outro aspecto possível de se observar na atuação da epistemologia utilizada pelas mulheres da ANMIGA é a força da oralidade, que transmite a memória biocultural dos e das ancestrais de maneira praticamente intacta através do tempo, por meio de histórias, mitos, cantos, e algumas outras dinâmicas culturais não orais como danças, rituais, grafismos, etc, sem a necessidade de escrita alfabética. No entanto, o registro escrito desses pensamentos e saberes é utilizado mais como uma técnica que permite maior amplitude de divulgação e acesso aos não-indígenas, ou seja, como uma ferramenta de diálogo.

Segundo Luciane Rocha (2014), os indivíduos subalternizados e inferiorizados são os que carregam consigo maior potência revolucionária para gerar transformações sociais, a autora nomeia essa teoria como a Antropologia do ultraje, que se baseia na mudança através das emoções e dos sentimentos dos ultrajados. Reforço então que as diversas identidades de mulheres indígenas no Brasil e no mundo, assim como das mulheres negras, configuram uma força revolucionária que cada vez mais está se organizando e produzindo mudanças em suas respectivas sociedades, em âmbito especialmente ecológico, mas também social, cultural, de gênero e de classe, e por isso é de extrema importância a comunicação e articulação entre esses setores.

Essa articulação entre as mulheres negras e as mulheres indígenas já existe, e isso se dá por conta de interesses comuns, principalmente relacionados à agroecologia e o cuidado da terra, que é tema de diversas oficinas do Movimento dos(as) trabalhadores(as) sem terra (MST), da Via Campesina e da Associação Nacional de Agroecologia (ANA), por exemplo, sendo que esta última está planejando para 2022 a realização do I Encontro Nacional de mulheres negras, indígenas e quilombolas da Agroecologia. Além disso, em outros países de Abya Yala existem articulações nacionais que unem as lutas das mulheres negras e indígenas, indígenas e camponesas, ou até mesmo os 3 setores, como é o caso da Asociación Nacional de Mujeres Campesinas, Negras e Indígenas de Colombia (ANMUCIC), ademais de encontros periódicos como o Encontro de Mulheres Afro-ameríndias e Caribenhas.

Imagem 2: VIII Encontro de Mulheres Afro-ameríndias e caribenhas



Fonte: O chefão da notícia, 2019

Considerações finais

Dessa maneira, a epistemologia feminista negra é também a epistemologia subversiva utilizada pelas redes ancestrais de mulheres indígenas no nosso continente, o que permite uma aproximação epistemológica entre os povos indígenas e os povos negros em Abya Yala e suas memórias bioculturais, especialmente em questões relativas ao feminismo interseccional e aos movimentos de mulheres em geral, o que pode aprofundar os processos de ressignificação de suas identidades que foram subalternizadas nas sociedades ocidentais, produzindo e nutrindo a re-existência dos povos e especialmente das mulheres, que foram e ainda são invisibilizadas tanto nos debates acadêmicos quanto no imaginário colonizado da população.

Para concluir, reafirmo a posição das mulheres indígenas como agentes provocadoras de mudanças nas estruturas sociais atuais, principalmente do capitalismo e do agronegócio monocultor, transgênico, genocida e ecocida, pois assim como afirma

Vivian Camacho (2020), médica e parteira quechua em uma live denominada "Salud para vivir bien", transmitida através do Facebook da página "Feminismo Comunitario Antipatriarcal"⁴:

La diversidad humana es parte de la sobrevivencia para nuestra especie, por ejemplo, cuando hablamos de una monocultura, imagínense un monocultivo de soya gigante, plano, ahí tienes que echar todo tipo de venenos y no crece nada más, envenenas el aire, el agua, la tierra y solo crece el veneno transgénico. Pero en cambio, si vemos una diversificación de cultivos, cultivos asociados de plantas de diferentes especies que se cuidan, que se acompañan, plantas con flores, con tubérculos, que están creciendo juntas, ayudan a los polinizadores, cuidan la tierra, nutren el suelo, se cuidan entre ellas, y lo propio con la diversidad de nuestros conocimientos. (CAMACHO, Vivian. 2020)⁵

⁴ Disponível em: <<https://www.facebook.com/feminismo.comunitario.Antipatriarcal/videos/988783771585298>> Acesso em 13 de abr. de 2021.

⁵ Tradução nossa: A diversidade humana é parte da sobrevivência para nossa espécie, por exemplo, quando falamos de uma monocultura, imagine um monocultivo de soja gigante, plano, aí você tem que colocar todo tipo de venenos e não cresce mais nada, envenena o ar, a água, a terra, e só cresce o veneno transgênico. Mas ao contrário, se vemos uma diversificação de cultivos, cultivos associados de plantas de diferentes espécies que se cuidam, que se acompanham, plantas com flores, com tubérculos, que estão crescendo juntas, ajudam os polinizadores, cuidam da terra, nutrem o solo, se cuidam entre elas, e o mesmo com a diversidade de nossos conhecimentos.

Referências

A Retomada de Identidade Étnica Curando as Feridas do Nosso Ser. TV Tamuya. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=cPmUk3WKD54&ab_channel=TVTamuya> Acesso em 12 de abr. de 2021.

ALEAM recebe 8º Encontro de Mulheres Afro-ameríndias e Caribenhas. O Chefão da notícia. Disponível em: <<https://www.ochefaodanoticia.com.-br/2019/07/aleam-recebe-8-encontro-de-mulheres.html>> Acesso em: 23 de abr. de 2021.

ANMIGA - Mulheres Indígenas. 2021. Disponível em: <<https://anmiga.org/>> . Acesso em: 09 de abr. de 2021.

ASOCIACIÓN Nacional de Mujeres Campesinas Negras e Indígenas de Colombia (ANMUCIC). Unidad de victimas. Disponível em: <<https://www.unidadvictimas.gov.co/es/asociacion-nacional-de-mujeres-campesinas-negras-e-indigenas-de-colombia-anmucic/37218>> Acesso em: 23 de abr. de 2021.

BARRERA, Narciso Bassols; TOLEDO, Víctor M. A memória biocultural: A importância ecológica das sabedorias tradicionais. Editora Expressão Popular. São Paulo. 2015.

COLLINS, Patricia Hill. Epistemologia Feminista Negra. In: Joaze Bernardino-Costa; Nelson Maldonado-Torres; Ramos Grosfoguel (orgs.). Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019, p. 139-170.

CRENSHAW, Kimberlé W. (1989), "Demarginalizing the intersection of race and sex; a black feminist critique of discrimination doctrine, feminist theory and antiracist politics". University of Chicago Legal Forum, pp. 139-167.

DANIEL, Camila. "MORENA": A EPISTEMOLOGIA FEMINISTA NEGRA CONTRA O RACISMO NO TRABALHO DE CAMPO. v. 6 n. 16 (2019): Edição Especial: Epistemologias e Feminismos negros.

EVARISTO, Conceição. Becos da Memória. 200p. Rio de Janeiro: Pallas. 2017.

FALS-BORDA, Orlando. Mompoxy y la loba: De retorno a la madre tierra. Editado por: Carlos Valencia, Bogotá: Universidad Nacional. 1986.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na Cultura Brasileira. In: Rev. Ciências Sociais Hoje, Brasília: ANPOCS, v. 2, p.223-244, 1983.

ROCHA, Luciane de Oliveira. Maternidade Ultrajada: Reflexões sobre o ativismo de mães negras e o uso de emoções na Pesquisa Ativista. *Anthropologica* [online]. 2018, vol.36, n.41, pp.35-56. ISSN 0254-9212.

SALUD para vivir bien. Feminismo Comunitario Antipatriarcal. Disponível em: <<https://www.facebook.com/feminismo.comunitario.Antipatriarcal/videos/988783771585298>> Acesso em: 13 de abr. de 2021.

SEM feminismo não há agroecologia. Mídia Ninja. Disponível em: <<https://midia-ninja.org/news/sem-feminismo-nao-ha-agroecologia-mulheres-em-luta-no-08-de-marco-de-2021/?fbclid=IwAR1J7vGSqJs0gnjBBbP-Qr-j325xeaoUfGMsgSRJE5or5otfOfWhfu2LPDDE>> Acesso em: 23 de abr. de 2021.